



DESTERRITORIALIZAÇÃO DE ACARI A COSMOS E REBATIMENTOS NA APROPRIAÇÃO E PERTENCIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO PMCMV NO RIO DE JANEIRO

GUILHERMY PAZ DE ALMEIDA GOMES DOS SANTOS

UFRRJ

guilhermygomes@hotmail.com

DENISE DE ALCANTARA PEREIRA

UFRRJ

denisedealcantara@gmail.com

MICHELLE APARECIDA MALLET MONTEIRO

UFRRJ

michellemallet1@gmail.com

CATEGORIA DO TRABALHO: Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo

1. RESUMO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), entre 2009 e 2016 se configurou como a principal política pública para se combater o déficit habitacional e a construção de habitação de interesse social no âmbito nacional. Este artigo aborda o processo de desterritorialização e reterritorialização, sob o ponto de vista do Serviço Social, dos moradores de Acari, bairro localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que em 2010 foram realocados para um condomínio financiado pelo PMCMV em Cosmos, na periferia da zona Oeste, a 60km da área central. O processo de remoção e realocação é aqui entendido por desterritorialização e reterritorialização e advém da situação de moradias em áreas de risco – alagamentos, inundações, escorregamentos, deslizamentos –, implicando no reassentamento de famílias e indivíduos em outras áreas, independentemente de sua vontade ou escolha. A partir da experiência empírica desse processo de desterritorialização, e da aplicação de conceitos de territorialidade, apropriação e sentido de pertencimento, foram aplicadas entrevistas *in loco* com beneficiários do programa, bem como feitas análises físico-espaciais em diversas escalas do empreendimento. Os resultados alcançados levam





à reflexão sobre a condução das políticas públicas habitacionais na cidade do Rio de Janeiro, especialmente ao pensar na moradia não apenas como meio de redução do déficit habitacional e promoção de habitação de interesse social no âmbito local, mas também no incentivo às condições favoráveis para um maior pertencimento e apropriação dos moradores reterritorializados, considerando suas necessidades e desejos e a melhoria de sua qualidade de vida.

2. PALAVRAS-CHAVE

Habitação de Interesse Social, PMCMV, desterritorialização, pertencimento

3. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a questão do deslocamento involuntário de famílias como ação recorrente nos programas de habitação de interesse social na Cidade do Rio de Janeiro. A partir de pesquisa empírica atuando no Serviço Social, o caso específico das famílias realocadas do bairro de Acari, após as fortes chuvas de 2010 no Rio de Janeiro.

A principal ação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na área de Habitação de Interesse Social foi a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, visando a promoção da construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos. O desafio da política pública é sua implementação de forma a não apenas fomentar a construção dos conjuntos habitacionais, mas principalmente criar mecanismos que efetivem o pertencimento das famílias ao novo local de moradia, o que compreende um novo olhar sobre o lugar e enraizamento no novo território.

Ao chegar ao novo espaço de moradia, muitas vezes não por escolha própria, as famílias se deparam com a equipe social e administrativa da Prefeitura que se encontra no empreendimento recém-construído para a entrega das chaves e para sanar eventuais dúvidas ou questionamentos que possam emergir. Apresentar esta nova realidade não é uma tarefa fácil, pois ainda acompanham essas famílias a memória da comunidade de origem, a resistência à nova realidade territorial, o entorno





não familiar, além da formalidade muitas vezes nunca antes experimentada de viver em condomínio, com suas regras de convivência e tantos outros desafios que vão se apresentado ao longo do tempo.

Este trabalho apresenta a pesquisa realizada após cinco anos passados desde a entrega das chaves, com a atuação direta da autora principal no TTS. O retorno ao Condomínio Vivendas das Castanheiras, em Cosmos, foi necessário para aferir o grau de pertencimento e aceitação das famílias ano novo local de moradia.

As principais ações metodológicas da pesquisa foram, não apenas analisar as características físico-espaciais do condomínio, mas promover o contato direto com os grupos sociais envolvidos. Para aferir o grau de pertencimento e aceitação das famílias ao novo local de moradia foram realizadas entrevistas com os moradores beneficiados pelo PMCMV, acompanhados pelo TTS desde Acari por meio de um questionário semi-estruturado. No universo pesquisado foi possível alcançar uma amostragem de 30%, considerando-se um total de 52 respondentes (cada um representando uma unidade habitacional) de um total de 172 UHs. Os critérios de elegibilidade para aplicação do questionário foram moradores presentes e dispostos a respondê-lo, sendo realizadas quatro incursões ao condomínio, sempre aos sábados favorecendo o alcance desse objetivo.

Neste artigo, o foco da análise destes dados recai sobre os aspectos qualitativos relatados nos questionários e na compreensão de cinco aspectos relatados com frequência pelos respondentes,

- Deficiências no transporte público em Cosmos;
- Alto grau de comprometimento da renda com as contas (luz, gás, condomínio);
- Problemas de organização do condomínio;
- Intenção de saída da unidade habitacional;
- Adequação da tipologia habitacional padrão às demandas familiares.

O tratamento das respostas coletadas, a partir de perguntas abertas e fechadas, foi realizado por análise de conteúdo.





4. METODOLOGIA

Desterritorialização e impactos sociais

A partir do acompanhamento do processo de realocação de grupos sociais de baixíssima renda entre dois bairros do Rio de Janeiro, Acari e Cosmos, em função de habitarem áreas de risco próximas ao Rio Acari. Foi possível observar que as mudanças ocasionadas na vida das famílias afetadas pelo deslocamento involuntário são muito intensas e significativas, apesar de o poder público tentar sanar problemas identificados, criando novos e mais eficazes critérios de elegibilidade.

Verifica-se que os problemas decorrem da disputa territorial que ganha contornos extremos quando o preço da terra se eleva com a aplicação da política, inviabilizando a construção das habitações em lugares mais próximos aos centros urbanos ou a áreas providas de infraestrutura e serviços urbanos.

Santos (2002) enfatiza a validade de se estudar o território, uma vez que é na base territorial que tudo acontece. O território é a área de influência e predomínio onde o homem exerce o controle do espaço. No entanto, o território está sujeito a alterações que podem ocorrer por diversos fatores: a crise econômica, o desemprego, a guerra, as catástrofes ambientais, construções de estradas e barragens, a delimitação de áreas naturais e até mesmo reordenamento demográfico. Quando ocorrem alterações no território conhecido, já ocupado, ou apropriado, formal ou informalmente, legal ou ilegalmente, nos deparamos com um processo de deslocamento, realocação ou mesmo expulsão. Tal processo denomina-se desterritorialização, e pode ser definido como quebra de vínculos, perda de território, havendo assim, uma perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, uma perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos (VAZ, 2010). Levando-se em conta que o homem é um ser eminentemente social e sociável, ele necessita de se adaptar às novas circunstâncias, aos novos territórios.

Gilles Deleuze traz ao debate a necessidade de uma reflexão sobre um termo desprezioso em se revelar no encadeamento de um contexto de uma comunidade. Nela a realidade é, por vezes, constituída de condutas que surgem de ocasiões de disputas territoriais. Passam a ser sinais da necessidade de adaptar-se a práticas postas, tal como neste estudo, referimo-nos à realocação involuntária, que pode dar origem a fusão de territórios, fixação em outros territórios, transformação do pensamento e, até mesmo, o surgimento de novas culturas.





A desterritorialização pode ser entendida como uma ação de desordem, de ruptura, que é importante para suscitar novos saberes, assumindo uma percepção extraordinária que está disposta a construir novas ideias, resultantes dos novos caminhos traçados pelos atores envolvidos.

Alinhado ao pensamento de Deleuze, na desterritorialização está implícita a reterritorialização caracterizada como um processo nem sempre bem-sucedido, onde o homem se vai adaptar aos novos territórios, tornando-se um agente ativo. É um processo que ocorre todo o tempo e pode ser físico, psicológico ou social. Estamos sempre perdendo nossos territórios, assim como estamos invadindo outros territórios, em um movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2001).

Porém até que ponto, uma realocação involuntária ou forçada, compromete a adaptação ao novo lugar? Em que medida as políticas públicas voltadas à habitação de interesse social podem mitigar resistências e contribuir com a adaptação de pessoas a um novo território a partir da ação do serviço social?

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo empírico aqui apresentado, foi executado no Condomínio Vivenda das Castanheiras, situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro em Cosmos e financiado pelo PMCMV abarcando a faixa de 0 a 3 SM.

Durante o período de atuação do trabalho social no processo de realocação em foco, dúvidas foram surgindo quanto a efetividade do programa mediante a resistência a nova moradia e ao novo bairro. Seria a desterritorialização o melhor caminho para essas famílias? Seria a mudança para uma localidade tão distante, a melhor solução de habitação com qualidade de vida da população afetada, ainda que habitassem moradias precárias e sofressem riscos às margens do Rio Acari? Seria a tipologia de blocos de apartamentos agrupados em condomínio fechado a mais adequada à realidade de famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos?

Este estudo inicia-se empiricamente no Bairro de Acari, durante o trabalho como TTS junto ao PMCMV. Posteriormente é estendido ao Bairro de Cosmos, a partir da chegada das famílias. A Zona Oeste configura-se como periferia geográfica do Rio





de Janeiro, pois situa-se em um de seus limites extremos. Trata-se de uma região importante do município, devido à sua dimensão territorial e à concentração populacional que ocupa apenas 48% do território, ou seja, é uma área de baixa densidade demográfica. Assim, é uma das principais áreas de expansão urbana, com grandes áreas disponíveis para usos variados e com crescimento populacional intensificado nas últimas décadas. Abrange a Área de Planejamento 5 (AP5), caracterizada no Plano Diretor do Rio de Janeiro (LC111/11) como área de ocupação incentivada.

Esta visão se torna um contraponto à hipótese inicial de que a reterritorialização seria dificultada especialmente pela distância e acesso físico ao comércio, serviços, lazer, especialmente quando distante 60km do núcleo da metrópole. Consideramos que “a distância em relação ao centro, num modelo concêntrico de expansão urbana, não é mais suficiente para analisar as diferenças e as semelhanças entre os próprios territórios da “periferia” (Shimbo, 2015, p.29).

Desta forma, no título deste artigo, “Longe de que?” foi uma resposta de uma moradora do condomínio a uma pergunta informal sobre se o novo bairro era longe do Centro, revela a quebra dessa visão de centralidade, à qual complementou: “Eu não vou mais ao Centro, minha vida agora é aqui”. Isso, para nós, reforça a reterritorialização no bairro, na capacidade dos moradores se adaptarem à nova realidade e identificar aquilo como parte da vida atual, até como um ponto positivo, apesar de alguns relatarem que o novo endereço possui menos oportunidades de trabalho e lazer do que o anterior.

Durante a aplicação dos questionários e conversa informal com os moradores, evidencia-se como alguns aspectos se sobressaem na análise dos usuários sobre o novo local de moradia. A maior surpresa é que apesar dos moradores entrevistados reconhecerem as carências do bairro, identificam o espaço como “muito melhor do que Acari”. Isso reforça o sentimento de pertencimento, ao deixarem claro que querem se mudar do condomínio, mas não sair do bairro, pois o identificam como um ótimo local e ainda recomendariam para amigos e familiares, conforme os questionários aplicados.



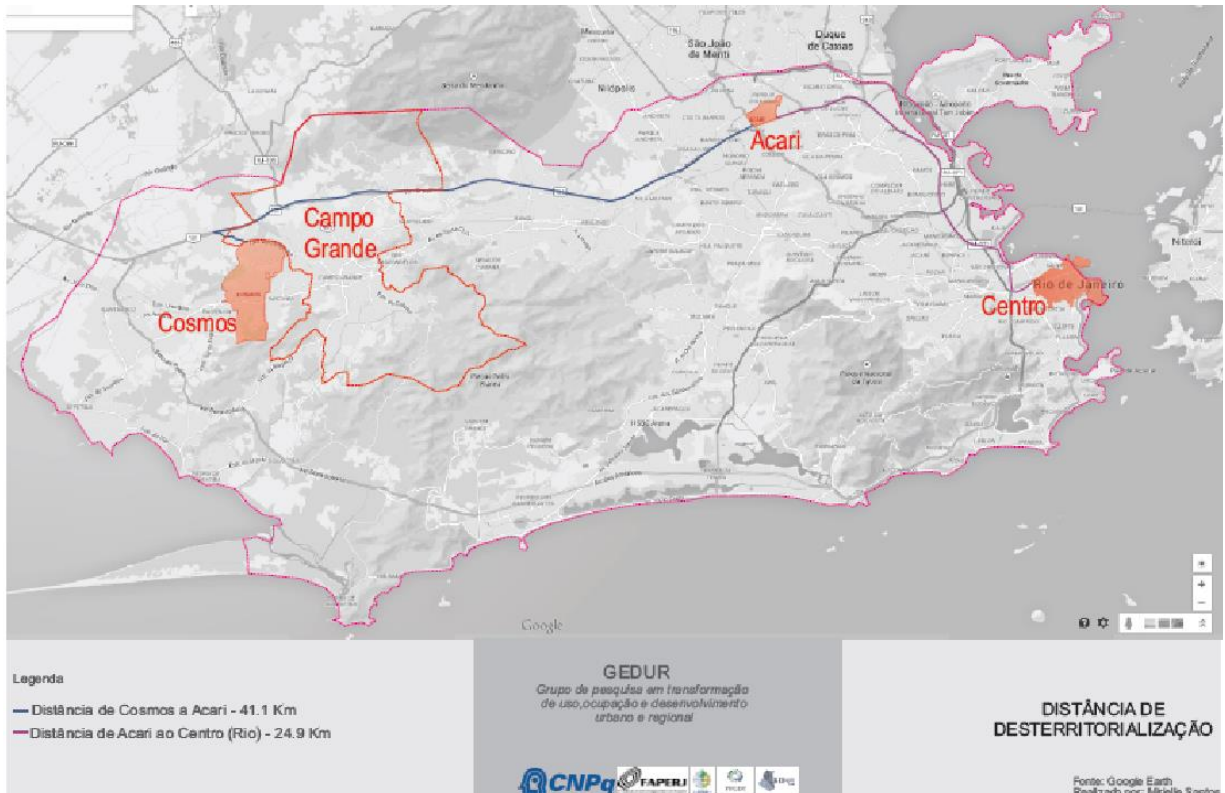


Figura 1 – Mapa do município do Rio de Janeiro indicando a localização e distâncias dos bairros tratados neste estudo - Acari e Cosmos, a partir do Centro da cidade.

Análise dos Questionários

Os questionários foram aplicados durante a pesquisa in loco, em quatro visitas ao condomínio, entre outubro de 2015 e Fevereiro de 2016 incluindo o registro fotográfico dos aspectos levantados. O questionário aplicado junto aos moradores que buscou elucidar como se dá o sentido de pertencimento, foi compartimentalizado em quatro partes: “sobre o lugar atual”; “sobre a vizinhança”; “sobre o bairro de origem e expectativas com o novo lugar”; e a “caracterização do respondente”.

A quantificação de cada uma das respostas foi feita por Monteiro (2016) e neste momento pretende-se focar a análise em cinco aspectos que mais chamaram a atenção durante a pesquisa e dão resposta contundente ao questionamento sobre o PMCMV enquanto política habitacional e sob a perspectiva do serviço social.

Deficiências no transporte público em Cosmos





Dos 52 respondentes, 40 apontaram o transporte como “deficiente”, “insuficiente”, além de criticarem a instalação do BRT Transoeste, que passa à 100m do condomínio e hoje é a principal forma de locomoção oficial, após o corte de diversas linhas de ônibus que atendiam à região de forma melhor.

Alto grau de comprometimento da renda com as contas

Dezesseis moradores apontaram o alto grau de comprometimento da renda como um problema, chegando por vezes a inviabilizar a vida no local e motivar mais ainda a sua saída. No condomínio, cada unidade é responsável pelo pagamento das taxas de luz, gás canalizado e taxa condominial, que acaba comprometendo a renda das famílias, especialmente as que estão abaixo de dois salários mínimos.

Problemas de organização do condomínio

Sobre esse aspecto, 21 respondentes relataram problemas na organização do condomínio, que se relacionam diretamente com a alta taxa de inadimplência relatada acima, e com a escolha por parte da associação agentes públicos-construtoras de construir condomínios fechados, que dependem eternamente de uma administração central e da cobrança das cotas condominiais à fim de manter o espaço comum em condições dignas.

Intenção de saída da unidade habitacional

Os problemas citados acima se refletem diretamente no total de 32 respondentes que afirmam ter o desejo e planos de se mudar do condomínio. A maior parte, como na seção anterior, afirma que Cosmos é um bairro bom, e enaltece a evolução em relação à Acari, até mesmo deixando claro que pretende se mudar para o mesmo bairro, o que reafirma o sentimento de pertencimento adquirido nos 5 anos após a reterritorialização, um grande êxito. Por outro lado, significa uma falha na tipologia arquitetônica e de implantação, ao se utilizar dos blocos de apartamentos, com térreo mais dois pavimentos, todos com a mesma planta e layout interno, composto por sala, cozinha “americana”, banheiro e dois quartos, sem a presença de corredor, de forma que a metragem construída fosse a menor possível, dentro dos parâmetros estabelecidos pela CEF e obedecido à risca pelas construtoras, visando maximizar seus lucros.





Figura 2 e 3 – Fotos do condomínio evidenciando a falta de privacidade decorrente da tipologia e do material estrutural utilizado.

Fonte: O autor.

Adequação da tipologia habitacional padrão às demandas familiares

E por último, o aspecto analisado foi a adequação da tipologia adotada, de Sala e 2 quartos, que se repete como diretriz nacional do PMCMV, ao padrão das famílias. Do total de 52 famílias, apenas 37 se encaixam no que se considera ideal para ocupação do apartamento, a dita “família nuclear”, composta por um casal e até 2 filhos, totalizando 4 ocupantes no apartamento, número esse utilizado largamente dentro das normas técnicas para edificações.

6. CONCLUSÕES

Este artigo buscou contribuir com o entendimento de um processo de desterritorialização e reterritorialização no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com realocação de Acari a Cosmos de grupos sociais sob a perspectiva do Serviço Social. A metodologia aplicada pode ser aplicada em outros estudos de caso. Buscou-se averiguar junto aos beneficiários, por meio de entrevistas e questionários, quais as maiores dificuldades relacionadas a reterritorialização. A experiência no Serviço Social suscitou a investigação e o retorno ao Condomínio. Apresenta indícios de que o sentido de pertencimento e a apropriação, após cinco anos desde a entrega das chaves, começa a ser engendrado.





A entrega das unidades habitacionais e chegada ao novo bairro pode criar resistências, pois o fator localidade dos empreendimentos gera incertezas. A distância do núcleo da metrópole muitas vezes é justificada pela oferta de terras ociosas e pouca valorização imobiliária, o que torna mais baixo o valor do produto final para quem constrói. Assim, o PMCMV tem produzido significativa gama de condomínios em localizações periféricas, onde o preço da terra é mais baixo, e com precária oferta de transporte público, infraestrutura e equipamentos sociais.

Apesar de distante, “longe de quê?” permanece como uma questão, já que os resultados indicam que este fator de localização não se revela como um entrave principal, conforme a hipótese inicial da pesquisa. Outros fatores, mais relevantes, implicam no não pertencimento ao novo empreendimento especificamente, e são relacionados aos cinco aspectos analisados neste artigo: transporte público deficiente, comprometimento de renda, organização condominial, intenção de mudança e adequação da tipologia habitacional.

Argumentamos ainda que seria mais humano e eficaz que a política pública incluísse os beneficiários, juntamente com seus desejos e demandas coletivas, no processo desde o início. Acreditamos que somente sua inclusão poderia tornar menos traumático o processo e acelerar a reterritorialização, engendrando um real sentido de pertencimento da população beneficiária.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIKO, A. K. *Introdução à gestão habitacional*. São Paulo, EPUSP, 1995. Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12.
- AMORE, C.; RUFINO, SHIMBO, L. e CRUZ, M.. *Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.
- ANDRADE, E. S. J. *Síntese histórica das políticas habitacionais no Brasil (1964 a 2010): avanços de antigas propostas e retorno a velhas práticas*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 16., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpur, 2011.
- ARANTES P. F. E FIX, M. (2009). “*Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida*”. Disponível em:





http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo : Cortez, 2008.

CARDOSO, A.L.(2008). *Contextualização e Caracterização in Política Habitacional e Integração Urbana de Assentamentos Precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos* – Ministério das Cidades.

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T. *Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida: 25 anos de política habitacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. 2011. Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do Espaço Metropolitano. XIX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro.

HAESBAERT, R. 1994. *O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”*. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB. PP. 206-214.

_____. 1997. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF.

_____. 2001^a. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR.

IPEA; Brasília, 2010. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento, livro 4, cap. 9. Rio de Janeiro 2010. IPEA (2010c) “As Convenções de Desenvolvimentismo no Brasil Contemporâneo: Um Ensaio de Economia Política”, in *Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego*. IPEA; Brasília, 2010. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento, livro 4, cap. 9. Rio de Janeiro 2010. MARICATO, E. (2009). *O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada* in Carta Maior 27/05/2009). Disponível em: cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16004

MINISTÉRIO DAS CIDADES (2008). “Política Habitacional e Integração Urbana de Assentamentos Precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos – Ministério das Cidades. MANHIÇA, F.

MONTEIRO, Michelle Aparecida Mallet. *O Programa Minha Casa Minha Vida : o processo de desterritorialização de Acari a Cosmos e rebatimentos na apropriação e pertencimento dos beneficiários / 2016.122 f.*

MONTEIRO, M.A.M.

PORTARIA Nº 465, de 3 de outubro de 2011 do Ministério das Cidades.

RIO DE JANEIRO (2012). Decreto Estadual 43.415 de 2012. Governo do Estado do Rio de Janeiro.





ROLNICK E NAKANO (2009). “As armadilhas do pacote habitacional” in Le Monde Diplomatique Brasil. Março 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VAZ, Ana Maria Cortez, *Desterritorialização e Reterritorialização*, [consult. 13/05/2015], disponível em <http://ambientesgeograficos.blogspot.com/2010/08/desterritorializacao-e.html>

